

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.316.360 - SP (2018/0155674-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : SOCIEDADE ADMINISTRADORA E GESTAO PATRIMONIAL LTDA
AGRAVANTE : INSTITUTO EDUCACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - IESP
AGRAVANTE : CENTRO UNIVERSITARIO E HOSPITALAR DE SAO PAULO LTDA
AGRAVANTE : CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PRESIDENTE PRUDENTE - CESPP
AGRAVANTE : ASSOCIACAO FACULDADE DE RIBEIRAO PRETO S/S LTDA
ADVOGADO : TADEU VELOSO MIRANDA CURTINHAS - SP363104
AGRAVADO : BANCO PAULISTA S.A
ADVOGADOS : WILLIANS DUARTE DE MOURA - SP130951
CÉLIO JOSÉ BARBIERI JÚNIOR - SP243413
AGRAVADO : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS
ADVOGADOS : BRUNO CASTRO CARRIELLO ROSA - RJ097854
CLÁUDIO VITA NETO - SP173112
AGRAVADO : POSTALIS INSTITUTO DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR
ADVOGADOS : ADRIANA ASTUTO PEREIRA - RJ080696
PAULA CAMILA OKIISHI DE OLIVEIRA COCUZZA - SP174357
BRUNO PINA METZNER - RJ166471
JONAS GARCIA E SOUZA - RJ188264
JESSICA DE CARVALHO SENE SHIMA - SP282327
AGRAVADO : FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
ADVOGADOS : ROBERTO DE OLIVEIRA E COSTA - SP019927
JÚLIO FRANCISCO DOS REIS - SP153555
AGRAVADO : BRL TRUST SERVICOS FIDUCIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADOS : WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO - SP355006
RODRIGO HENRIQUES TOCANTINS - SP355058
AGRAVADO : SLW CORRETORA DE VALORES E CâMBIO LTDA
ADVOGADOS : PAULO ROSENTHAL - SP188567
VICTOR SARFATIS METTA - SP224384
JÚLIO CÉSAR FELTRIM CÂMARA - SP277072
LUCAS PEREIRA SANTOS PARREIRA - SP342809
INTERES. : SOCOPA-SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S/A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PRESIDENTE PRUDENTE - CESPP e OUTROS em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, 'a', da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado De São Paulo, assim ementado:

"ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. Ação ordinária que tem por objeto principal a declaração de adimplemento de cédulas de

crédito imobiliário. Pretensão recursal voltada à vedação de execução das garantias contratuais, suspensão da exigibilidade dos encargos moratórios, bem como para que os réus não possam tomar quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais com a finalidade do recebimento dos valores representados pelas cédulas, cujos adimplementos pretendem os autores sejam reconhecidos. Inadmissibilidade. Hipótese em que o requisito da urgência não está perfeitamente delineado e que a tutela antecipada corresponde ao provimento definitivo buscado. Possibilidade de ratificação dos fundamentos da decisão agravada quando, suficientemente motivada, reputar a Turma Julgadora ser o caso de mantê-la. Aplicação do disposto no artigo 252, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Decisão mantida. Recurso improvido." (fl. 2.499).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 214, 219, 396, do Código Civil, sustentando, em síntese, isto: (I) "*Sabe-se que a confissão não exige forma especial e, na ausência de imposição legal, qualquer forma é admitida. Logo, a confissão feita pelo recorrido Banco Paulista S.A. em medida cautelar é irrevogável e a conclusão do v. acórdão, no sentido de não admiti-la, viola os dispositivos do Código Civil, devendo, portanto, ser reformada*" (fl. 2.508); (II) "(...) *se o objetivo da demanda é justamente comprovar que as Recorrentes não estão em mora, pois realizaram todos os atos cabíveis a elas em relação aos pagamentos, mas, por outro lado, um dos Recorridos - Banco Paulista S.A. - responsável por transferir os valores aos demais Recorridos, não fez o ato a ele competente, não se caracteriza a mora das Recorrentes*" (fl. 2.509).

É o relatório. Decido.

No que tange à admissibilidade do apelo especial por violação aos dispositivos acima citados, tem-se, no ponto, inviável o debate. Isso porque não se vislumbra o efetivo prequestionamento do teor dos dispositivos legais citados, o que inviabiliza a apreciação da tese recursal apresentada, sob pena de supressão de instâncias. Frise-se que ao STJ cabe julgar, em sede de recurso especial, conforme dicção constitucional, somente as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios. Observa-se a incidência, pois, por analogia, dos óbices das Súmulas 282 e 356 do STF.

Assim, quanto ao ponto em mote, ausente um dos requisitos de admissibilidade do apelo especial, qual seja, o prequestionamento (Enunciados Sumulares n. 282 e n. 356 do C. STF). Por oportuno, leiam-se estes julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. RECUSA DE COBERTURA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

- 1. Não se admite o recurso especial, quando não ventilada, na decisão proferida pelo tribunal de origem, a questão federal suscitada.*
- 2. Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide (Súmula 7 do STJ).*
- 3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AREsp 504.841/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/2014, DJe 01/08/2014)*

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458 E 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 356/STF. IMPENHORABILIDADE DE IMÓVEL. BEM PROFISSIONAL. EXCEPCIONALIDADE DA CONSTRIÇÃO JUDICIAL. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO, COM APLICAÇÃO DE MULTA.

- 1. Não há falar em violação dos arts. 458, II, e 535, II, do Código de Processo Civil pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes.*
- 2. Para que se configure o prequestionamento, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.*
- 3. De acordo com a jurisprudência desta Corte, é possível a penhora em caráter excepcional de imóvel comercial, no qual se localiza empresa do executado, desde que não seja utilizado para a residência de sua família e não haja outros bens livres e desembaraçados, passíveis de serem constritos. (REsp*

Superior Tribunal de Justiça

1.114.767/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, CORTE ESPECIAL, DJe 04/02/2010).

4. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa." (AgRg no AREsp 490.801/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/09/2014, DJe 17/09/2014)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator